



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **1012324-63.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Benfeitorias**  
 Requerente: **Luzia Rodrigues de Alcantara da Silva- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Paulo Eduardo Munno de Agostino**  
 Requerido: **Claudionor Pinto  
 Selma Maria Sabino Belisário  
 Marco Aurélio Zambon  
 Desacompanhados de advogado**

Aos 13 de dezembro de 2017, às 17:21h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **Conciliador(a)**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido Claudionor pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$6.300,00**, em **21 parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$300,00 cada uma**, vencendo-se a primeira em **22/12/2017** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados no escritório da imobiliária Predial, cujo endereço é de conhecimento do requerido, mediante a emissão de recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de multa de 10% sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo procurador da autora foi requerido que em caso de eventual descumprimento do acordo, seja a dívida executada solidariamente entre os três requeridos. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.* Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias corridos do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Julieta Shayeb Rissato, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido(s) Claudionor:

Requerido Selma:

Requerido Marco:

**Conciliadora Dra. Izamara Ferreira Andrade:**

**DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**